

O Programa Crediamigo do Banco do Nordeste: Análise Social e de Mercado.

Maria Célia Garcia F. de Souza.

Cita:

Maria Célia Garcia F. de Souza (2008). *O Programa Crediamigo do Banco do Nordeste: Análise Social e de Mercado*. IX Congreso Argentino de Antropología Social. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Misiones, Posadas.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-080/254>



O Programa Crediamigo do Banco do Nordeste: Análise Social e de Mercado

Maria Célia Garcia F. de Souza

**Fortaleza-Ceará
Junho - 2008**

1. INTRODUÇÃO:

No presente artigo apresentamos o surgimento do fenômeno da informalidade no Brasil, a partir da estagnação econômica do país na década de 80, ocasionada, dentre outros motivos, pela incidência de elevadas taxas inflacionárias que desestimulou os investimentos na produção. Na fase seguinte, anos 90, com a implantação das políticas neoliberais e a defesa do Estado Mínimo, ocorreu a desregulamentação do mercado de trabalho, aumento do desemprego e informalidade da economia. Nesse contexto surgem no governo federal políticas sociais de geração e transferência de renda focada no combate à pobreza, das quais ressaltamos a experiência do Banco do Nordeste através do Programa Crediamigo, que é uma política pública de microcrédito, voltado aos agentes produtivos de baixa renda, que vivem na economia informal, com atividades de baixíssimo valor agregado que os coloca entre aqueles que estão na base da pirâmide.

DA ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA E HIPERINFLAÇÃO À ESTABILIZAÇÃO DA MOEDA

Após 21 anos de regime militar, o Brasil presencia o processo de abertura política com Lei da Anistia e criação de novos partidos políticos. No campo econômico, sob influência de medidas adotadas no âmbito externo, verificasse uma profunda recessão com estagnação do nível de atividade produtiva, fechamento da economia, congelamentos de preço e hiperinflação. Uma sucessão de fracassos nos cinco planos econômicos adotados no espaço de cinco anos¹ contribui para elevar a instabilidade da economia naquela década de 80. A economia apresentou um crescimento médio de 1,5% a.a, sendo esse período da história recente, 1981/1990, considerado a *década perdida*.

O Estado como principal empreendedor, mostrou-se incapaz de garantir a estabilidade e a provisão de serviços sociais básicos, conforme determinava a Constituição de 1988. A partir dos anos 80 interrompeu-se o processo de reestruturação do mercado de trabalho e políticas

comprometidas com o pleno emprego iniciado na década de 30. Foi uma fase de desaceleração econômica, instabilidade da moeda, reconcentração de renda e aumento da taxa de desemprego.

No início dos anos 90, a mesma população que pediu as “Diretas Já”, e que depois de muita luta conseguiu, após o golpe militar, eleger seu primeiro presidente pelo voto direto - Collor de Mello -, pinta a cara e vai às ruas exigir a sua saída: é o impeachment. Assume o governo, em 1992, o vice o Sr. Itamar Franco, e com ele foi gestada uma nova moeda: o Real.

As diretrizes neoliberais, implementadas no país a partir do governo de Fernando Collor foram assumidas de forma intensa pelo novo presidente como política do governo, mostrando-se totalmente dependente das orientações oriundas do “Consenso de Washington”. O novo paradigma político governamental se caracterizaram pelos: i) ajustes estruturais na economia; ii) abertura dos mercados, mudança no padrão produtivo; iii) internacionalização do capital e indústrias. Ademais, como forma de habilitar-se a receber investimentos e renovar empréstimos para o país, o governo se colocou, de forma submissa às imposições e intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD). De acordo com Costilla, essas políticas vão além do objetivo aparente de criar as condições internas para as economias latino-americanas superarem as crises fiscais do desenvolvimentismo e se modernizem para ter acesso permanente no mercado mundial. “Trata-se de fortalecer o caráter de domínio unilateral do capital. Trata-se de uma mudança na relação do capital em favor do capitalista, em termos sociais concretos se desvanece o caráter relativamente inclusivo e regulador do Estado nacional (2003, p. 253)”.

Em 1994, o governo lança um novo plano econômico: o Plano Real. É uma nova fase na vida política e econômica, porém mantendo a ênfase na abertura da economia às importações de acordo os princípios de neoliberalismo. Essa abertura trouxe como consequência a falência das empresas nacionais que não puderam competir com o padrão de tecnologia do primeiro mundo e aumento expressivo na taxa de desemprego. A situação recessiva forçava a queda da inflação que o governo usava como prova de sucesso do plano econômico na propaganda institucional.

O Plano Real foi concebido para combater a inflação, o que foi bem sucedido, trazendo como ganho não a queda de desigualdades, mas o aumento da estabilização de renda dos

indivíduos. Não houve avanços no combate a miséria, os pobres continuaram a sentir ausência do Estado e das políticas públicas mais efetivas. Não se registra queda nas taxas de desemprego, ao contrário, estas vêm crescendo com a falência das políticas comprometidas com o pleno emprego. Celso Furtado (apud TEIXEIRA, 2005, p. 16) não vislumbra solução a partir de políticas baseada no pleno emprego: “Para manter o nível de agressividade das economias capitalistas tornou-se necessário abandonar as políticas de emprego. O aumento de produtividade se desassociou de efeitos sociais benéficos. Esta é a maior mutação que vejo nas economias capitalistas contemporâneas”.

POLÍTICAS PÚBLICAS COM IMPACTO NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

No atual governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as políticas públicas de combate à miséria foram postas em uma ordem de prioridade nunca antes concedida e, esse tem sido o grande mérito, focar em ações voltadas à população de baixa renda. Tão importante quanto o crescimento econômico de um país, é a distribuição dos seus frutos, da sua riqueza global e da renda para melhoria da qualidade de vida e combate às desigualdades (DRAIBE, 1989).

Reduzir as desigualdades não é simples, mas é algo que deve ser enfrentado, com ações concretas, no sentido de combinar as políticas compensatórias com as políticas de transferência de renda e geração de receita. A nossa história de instabilidade econômica e fortes desigualdades, mostra que falta avançar com implementação de políticas de caráter estrutural, indutoras de riqueza para os pobres, procurando alavancar retornos sociais futuros. Segundo Delfim Neto (apud BORGES, 2007, p.21) há sempre uma contradição entre o desejo da sociedade e o pensamento do economista, “Se você perguntar para um economista o que nós devemos fazer, ele vai dizer que nós devemos acelerar o crescimento e deixar a distribuição para depois. O Lula recebeu um mandato para combinar crescimento com distribuição de renda”.

Em que pese a incerteza frente à concretização das Metas do Milênio de redução da extrema pobreza à metade entre 1990 e 2015, pode-se afirmar que no Brasil o “dever de casa” está sendo feito. Apesar da renda brasileira ainda está pontuada entre as dez mais concentrada do

mundo, considerando as 124 nações para as quais existem dados disponíveis, o País passou a ter a sua menor desigualdade de renda nos últimos 30 anos. Segundo informações do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, que é ligado ao Ministério do Planejamento, 5 milhões de brasileiros saíram da pobreza extrema em 4 anos. Os 10% mais pobres da população brasileira tiveram um aumento de 36% na renda entre 2001 a 2005. A única faixa que teve queda no período foi a dos 10% mais ricos, que recuaram 1,2%: De acordo com *relaese* divulgado à impress, o IPEA afirma que:

Além de ser um resultado importante por si só, essa desconcentração levou a uma expressiva redução da pobreza e da extrema pobreza. A percepção dos mais pobres no Brasil foi a de estarem vivendo em um país com uma alta taxa de crescimento econômico, enquanto os 20% mais ricos tiveram a percepção de estarem vivendo em um país estagnado. O sucesso recente deve ser encarado apenas como um primeiro passo de uma longa jornada, pois o Brasil ainda se encontra entre os países mais desiguais do mundo. A queda observada na desigualdade de renda não foi suficiente para colocar o Brasil em uma posição equiparável à dos demais países com nível de desenvolvimento semelhante. Em suma, o grau de desigualdade do país permanece extremamente elevado. (IPEA, 2007).

A INFORMALIDADE NA ECONOMIA BRASILEIRA

As mudanças estruturais ocorridas no cenário macroeconômico e o aprofundamento das políticas neoliberais contribuíram com o processo de informalidade da economia brasileira gerando diferentes formas de trabalho precário e da redução de empregos formais, mudanças nas relações de contratos de trabalho e o surgimento de um outro tipo de trabalhador autônomo, os “conta própria” (cujas atividades desenvolvidas são análogas à dos empregadores, porém, quando possuem empregados, estes não têm carteira assinada).

O desemprego, em suas diversas formas e causas, constitui uma preocupação permanente para qualquer tipo de economia. O emprego formal assalariado com carteira assinada perde espaço frente à obtenção de trabalho sem carteira assinada e “por conta própria”, que muitas vezes funciona como meio de sobrevivência para os excluídos do processo formal da economia (Cacciamali, 2000). De acordo com pesquisadores do IPEA, a informalidade é

entendida como ausência de proteção da legislação trabalhista nas relações de trabalho, são os chamados postos de trabalho “não-protegidos²”.

A pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf/ 1997 e 2003), realizada pelo IBGE, comprovam a ampliação do trabalho informal no âmbito do “conta-própria.” A análise dos dados desta pesquisa dentre os motivos que levaram o empreendedor informal³ a iniciar um negócio, desponta em primeiro lugar a razão “não encontrou emprego” (25% em 1997 e 31% em 2003), confirmando a tendência de que o setor informal no Brasil passou a absorver grande número de pessoas devido à falta de vagas no mercado formal de trabalho (vê tabela 1).

Tabela 1 – Motivo que levou a iniciar negócio informal (%)

Total	1997	2003
Não encontrou emprego	25,0%	31,1%
Complementação da renda familiar	17,7%	17,6%
Independência	20,1%	16,5%
Experiência na área	8,6%	8,4%
Tradição familiar	8,5%	8,1%
Negócio promissor	8,3%	7,4%
Outro motivo	5,1%	5,8%
Era um trabalho secundário	2,0%	2,1%
Horário flexível	2,1%	1,9%
Oportunidade de fazer sociedade	2,4%	1,0%

Fonte: Economia Informal Urbana – ECINF 1997 e 2003 – IBGE

A geração de renda para os excluídos do mercado formal de trabalho passou a depender cada vez mais do sucesso de micronegócios e atividades desenvolvidas pelos “conta-própria”. Desse contexto econômico recessivo veio o estímulo à implementação de políticas públicas de geração de renda, a exemplo do microcrédito, como uma resposta à falta de acesso ao crédito bancário tradicional, considerando que grande parte desses microempreendedores já estavam engajados em atividades economicamente viáveis, e que a maior restrição para o sucesso desses negócios era a falta de crédito.

O PROGRAMA CREDIAMIGO: POLÍTICA PÚBLICA DE GERAÇÃO DE RENDA.

O Programa Crediamigo foi implementado em 1998 pelo Banco do Nordeste com apoio do Governo Federal e de parceiros internacionais. Diferentemente de outras políticas importadas de países centrais onde o contexto social difere em muito da realidade local, foi inspirado em diversas experiências pioneiras que surgiram em alguns países do qual se destaca a iniciativa bem sucedida do professor Muhammad Yunus em Bangladesh um país periférico com fortes contrastes, desigualdades e necessidades sociais.

O Banco do Nordeste do Brasil S/A, que na qualidade de banco de regional de desenvolvimento, ao dar início à experiência com o microcrédito produtivo orientado, com a implantação do Programa Crediamigo, intensificou sua presença na região Nordeste, anteriormente voltado aos empreendimentos de maior porte e produtores rurais, ampliou sua estratégia de atuação como apoio ao microcrédito urbano. Atualmente este Programa é uma referência mundial, como uma das únicas iniciativas mundiais realizadas por bancos estatais, ao lado do Bank Rakyat Indonésia⁴.

O foco do Crediamigo são os micronegócios espalhados nos grandes centros urbanos, nas cidades e municípios de toda jurisdição em que atua, considerando a grande incidência de pobreza e exclusão nessas localidades. De acordo com Rocha (2003, p.135), em pesquisa realizada em 1999, a pobreza no Brasil tem um forte componente regional, com maior incidência no Norte e Nordeste do país. Dentre todas as regiões o Nordeste é o mais pobre pela expressiva densidade demográfica, algo em torno de 35 milhões de pessoas⁵. Embora na zona rural o índice população de pobres se mantenha em alta (40%), os pobres urbanos são largamente a maioria (78%).

O Programa utiliza uma metodologia que atende o cliente em seu próprio local de trabalho, eliminando, em parte, as idas e vindas de clientes até a agência bancária. O crédito é liberado em sete dias úteis, sendo que os primeiros ciclos de empréstimos variam de R\$ 100,00 a R\$ 2.000,00. A média geral dos valores emprestados é de R\$ 855,98, e a maior parte da clientela é constituída por mulheres (63%), conforme dados divulgados pelo Banco do Nordeste⁶.

O Programa Crediamigo possui capilaridade para atender a uma expressiva parcela da população⁷ que possui atividade econômica no setor informal da economia e que não dispõe de garantias tradicionais exigidas pelo setor financeiro para concessão de empréstimos, oferecendo, assim, oportunidade e facilidades que diferenciam seus empréstimos dos demais oferecidos pelos bancos tradicionais.

A expansão do Programa é notória, em dezembro de 2007, atingiu a marca de 299.975 clientes ativos e um volume de recursos aplicados de R\$ 234,6 milhões. Desde a sua implantação, em 1998, até dezembro de 2007 foram realizadas 4.000.666 operações, injetando nos micronegócios produtivos da região um volume de 3,5 bilhões de recursos. O que representa um expressivo volume de recursos destinados à atividade produtiva de uma faixa da população, anteriormente sem acesso ao crédito formal e, excluída de serviços financeiros tradicionais.

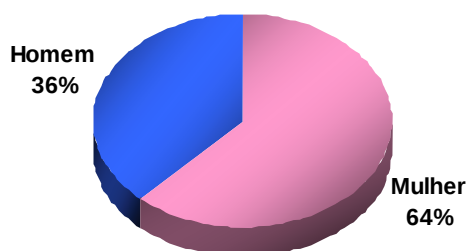
Para ser usuário do Crediamigo, o cliente precisa estar desenvolvendo uma atividade produtiva há pelo menos 01 ano e possuir uma rede de amigos na comunidade em que está inserido. Essa política não incentiva o aumento da economia informal, mas investe nas atividades já instaladas como forma de ajudá-las a ascender na pirâmide, para que um dia possa formalizar sua atividade econômica. Quanto aos amigos, estes são fundamentais no processo de ascensão econômica, ao contribuírem com o aval solidário no momento da concessão do empréstimo. Esta foi a fórmula encontrada pela metodologia de crédito para substituir a ausência de ativos a serem dados como garantias.

Tabela 2: Perfil do Cliente Crediamigo

Perfil do Cliente Crediamigo - Posição dez/2007	
Setor do Atividade	% Participação do Clientes
Comércio	92 %
Indústria	2 %
Serviço	6 %
Principais Atividades	% Participação do Clientes
Confecção	29%
Produtos Alimentícios e Cereais	11%
Perfumaria e Cosméticos	6%
Bebidas	7%
Abates de Animais	4%
Outros	43%
Faixa Etária	% Participação do Clientes
Até 24 anos	12%
De 25 a 35 anos	31%
De 36 a 50 anos	39%
Acima de 50 anos	18%
Escolaridade	% Participação do Clientes
Analfabeto	1%
1 a 4 anos	34%
5 a 8 anos	30%
9 a 11 anos	30%
Superior	4%
Renda Familiar	% Participação do Clientes
Até R\$ 600,00	32%
Entre R\$ 600 a R\$ 1.000,00	27%
Entre R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00	17%
Entre R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00	21%
Acima de R\$ 5.000,00	3%
Participação da Mulher	% Participação da Mulher
Mulheres	64%
Homens	36%

Fonte: BNB/Ambiente de Microfinanças

Gráfico 1 – Gênero



O perfil dos beneficiários do Programa⁸, posição em dezembro de 2007, se caracteriza pela concentração no setor de comércio com 92%; maior dinâmica nas atividades de confecção e venda de produtos alimentícios, respectivamente 46% e 26%; faixa etária de 36 a 50 anos, é a que concentra maior número de clientes, 199.710, representado por 40% do total ativo, indicando que

a partir dos 36 anos as pessoas têm mais dificuldade de se inserir em um emprego formal, migrando para o “empreendimentismo por necessidade”; registra-se que a presença da mulher com participação relevante (Ver Gráfico 1), representando 64% dos beneficiários, ou seja 191.536.

CONCLUSÃO

O processo de abertura política no Brasil coincide com um período de declínio econômico e estagnação da produção, onde os brasileiros tiveram que sobreviver numa economia de hiperinflação, financeirização da economia onde o setor produtivo não se mostrou viável. Nos anos 90 com continuidade das políticas neoliberais através da Reforma do Estado as taxas de emprego declinaram, em consequência das empresas nacionais não terem competitividade para enfrentar a abertura da economia aos mercados, privatizações das estatais, planos de demissão voluntária, desregulamentação do emprego faz surgir a informalidade na economia. É verdade que em meio a tudo isso veio à estabilização da moeda e medidas econômicas que contiveram a tendência inflacionária, medidas estas que repercutem de modo positivo nos indicadores hoje apresentados no país.

Quanto ao atual governo o reconhecimento que tem recebido da população é atenção que tem dispensado à população de baixa, com políticas públicas transferência de renda, colocando o problema da desigualdade numa ordem de prioridade nunca antes concedida, sobretudo pelos efeitos do Programa Bolsa Família.

No âmbito das políticas públicas de geração de renda o Programa Crediamigo com área de atuação na região mais pobre do País, tem focado ações de geração de renda viabilizando o desenvolvimento das atividades produtivas através de crédito para capital de giro e investimento fixo, o que tem resultado em impacto positivo na: i) geração de auto-emprego e oferta de oportunidades de trabalho, pelo aumento da capacidade operacional; geração de renda, pelo aumento do estoque e das vendas; ii) melhoria da qualidade de vida dos usuários: com manutenção dos filhos na escola; reforma e/ou construção de moradia; melhoria na alimentação, para citar alguns indicadores de inclusão social.

NOTAS

¹ Planos: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991).

² O termo “não-protegidos” é utilizado no trabalho de pesquisa de Lauro Ramo e Valéria Ferreira, intitulado Padrões Espacial e Setorial da Evolução da Informalidade no Brasil, 1991-2003, p.1, realizado através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que é fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas.

³ De acordo com critério sugerido pela 15ª. Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, o IBGE considerou, nos levantamentos da Ecinf, empreendimentos informais todas as unidades produtivas pertencentes a empregadores com até cinco empregados e os trabalhadores por conta-própria, independentemente de possuírem constituição jurídica, pois essas unidades produtivas, embora, juridicamente formais, apresentam as características de informalidade como a baixa escala de produção, baixo nível de organização e quase nenhuma separação entre o capital e trabalho, tendo sido pesquisadas e analisadas pela Ecinf em conjunto com as empresas com baixo ou nenhum tipo de formalização.

⁴ O Bank Rakyat Indonésia-BRI, é uma instituição financeira pública pioneira na concessão de serviços financeiros à população de baixa renda na Indonésia. É uma empresa do governo da Indonésia que na década de setenta realizou mudanças em sua estrutura para operar como banco de desenvolvimento na concessão de financiamentos a grandes empresas e como um banco popular direcionado à população da base da pirâmide, realizando operações de microcrédito através de empréstimos individuais.

⁵ De acordo com pesquisa Economia Informal Urbana – ECINF/2003, do Instituto Brasileiro de Estatística – IBGE.

⁶ Cfe. Banco do Nordeste – Ambiente de Microfinanças.

⁷ A jurisdição do Programa Crediamigo é composta da Região Nordeste, Distrito Federal, norte do Estado de Minas Gerais e norte do Estado do Espírito Santo.

⁸ Conforme Banco do Nordeste, Ambiente de Microfinanças.

REFERÊNCIAS

CACCIAMALI, M.C. *A informalidade na América Latina Contemporânea: Argentina, Brasil e México*. Trabalho apresentado no III Congresso Latinoamericano de Sociologia Del Trabajo. Buenos Aires, 2000.

COSTILLA, Lucio F. Oliver. **Transformações do estado e da sociedade civil na América Latina**. In: BRAGA, Elza M. F. (org.) *América Latina – transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: Editora UFC, 2003 (p. 251 a 275).

DRAIBE, Sônia Mirian. *Para a Década de 90: Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas/As políticas Sociais Brasileiras: Diagnósticos e Perspectivas*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989.

IBGE, **Economia Informal Urbana 1997**. Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

_____. **Economia Informal Urbana 2003**. Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ministério do Planejamento. Dados divulgados na Internet: www.ipea.gov.br, no dia 12.04.07, consulta realizada às 10:30 h.

BORGES, Ernesto. **O Brasil precisa de um choque do setor privado**. Revista Conjuntura Econômica, p.21: fev. 2007(entrevista a Delfin Neto, Dep. Federal e ex-Ministro de Estado).

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TEIXEIRA, Francisco Jose Soares. **Estado, mercado e as políticas públicas de inclusão social**. Palestra realizada por ocasião do Seminário Inclusão Social, Trabalho e Renda, Auditório da UFC. Fortaleza, 2005.